



# Estado e movimentos sociais: pontos de partida para criação de uma nova cultura política

Graciela Hopstein\*

---

**Resumo** – Neste trabalho, analisam-se as dinâmicas históricas estabelecidas entre Estado e movimentos de resistência, partindo-se da idéia de que as ações políticas instaladas pelos movimentos operam como um verdadeiro motor de desenvolvimento e de transformação das instituições do capital. Estudam-se as ações emergentes no contexto do novo milênio que implicaram na criação alternativas de organização, de novas formas de luta e, conseqüentemente, de uma nova cultura política. Ao longo do texto, pretende-se refletir sobre as possibilidades reais de articulação entre movimentos e Estado como o ponto de partida para se criarem políticas públicas de caráter universal e democrático.

**Palavras-chave:** Estado; lutas; movimentos; cultura política; políticas públicas.

---

## 1- Estado, lutas e movimento: história de uma tensão

Quando se fala em políticas públicas faz-se uma relação direta com a idéia de Estado. Segundo esta perspectiva, somente a partir do âmbito governamental seria possível garantir a construção de uma esfera efetivamente pública. Porém, partindo de uma análise histórica material, sabemos que o Estado não foi condição suficiente para a instalação de efetivos processos democráticos, ou seja, para a execução de políticas de alcance universal,

capazes de garantir o acesso social amplo aos direitos fundamentais. No caso das sociedades latino-americanas é evidente que não houve a articulação de um projeto efetivamente democrático. O modelo consolidado centrou-se na construção de aparelhos burocráticos atrelados à figura do Estado (e através dele) e na implementação restrita de políticas sociais de caráter focal e/ou compensatórias (principalmente), processo que, certamente, não garantiu a integração dos setores tradicionalmente excluídos, que constituem a maioria da população.

---

\* Doutora em Serviço Social e Pesquisadora associada ao LPP/UERJ. E-mail: ghopstein@plugue.com.br.



Ainda que, a partir do segundo pós-guerra, os países centrais tenham conseguido articular um modelo de integração social de alcance democrático – no qual o Estado desempenhou um papel fundamental –, o acesso aos direitos de cidadania esteve diretamente atrelado à relação salarial e ficou restrito à comunidade nacional, impondo, dessa forma, alguns limites ao processo de inclusão social.

Nosso ponto de partida será analisar (brevemente) as transformações históricas ocorridas no contexto do capitalismo do século XX, pois consideramos que esta reflexão oferece elementos para pensar acerca da possibilidade de articular políticas públicas de caráter universal para além do Estado e, especificamente, a partir das dinâmicas políticas e produtivas instaladas pelos movimentos sociais emergentes no contexto do novo milênio. Concentraremos nossa análise na idéia que foram os movimentos os que operaram como o verdadeiro “motor de desenvolvimento” das instituições do capital, forçando-o a transformar continuamente as relações de produção e de dominação. E foram as crises ocasionadas pelas lutas que levaram o capitalismo a procurar caminhos alternativos dentro do próprio sistema, estabelecendo novos equilíbrios (ou recomposições) entre os processos de acumulação e as estruturas de poder.

A instalação do Estado de Bem-Estar Social, no segundo pós-guerra, deve ser concebida como uma estratégia orientada no sentido de frear e conter o ciclo de lutas operárias que

caracterizou o período compreendido entre o fim do século XIX e o início do século XX.<sup>1</sup> Desse modo, tanto a instalação do New Deal americano como do denominado pacto fordista,<sup>2</sup> quanto a construção de sistemas de bem-estar social podem ser considerados como uma resposta do comando capitalista frente ao perigo evocado pelo crescimento progressivo do poder dos movimentos operários, particularmente pela propagação do comunismo após a Revolução Russa, desencadeada em 1917.

Como afirma Tronti (1976), foi a dinâmica estabelecida entre as atividades combativas e a organização operária que impulsionou o desenvolvimento do capital (e das instituições a ele atreladas). Este processo representou o abandono das formas prévias de regulamentação burguesa e a instalação de um novo equilíbrio de forças que deu origem à reestruturação das relações de poder e de produção.

Como dizia Foucault (2000), a partir do momento em que uma relação de poder se instala, há possibilidade de resistência e, ao longo da história, o enfrentamento tem se dado a partir de táticas múltiplas e cambiantes. “Porque a história da humanidade é de luta, de conformação e subversão de identidade e concepções de mundo, de confrontação, submissão e resistência”. (Ceceña, 2004, p.90) Neste sentido, a instalação do Estado de bem-estar social deve ser entendida como um processo que visa conter as crises ocasionadas pelos movimentos. A idéia do movimento, como afirma Badiou (2000), deve ser concebida como condição



de toda política. O movimento diz respeito a uma ação coletiva que tem a capacidade de irromper na cena política traçando novos trajetos, construindo novos tempos e espaços. Ele é uma força capaz de produzir o original e o singular e de instalar um autêntico processo de ruptura e de transformação.

A partir da consolidação do modelo fordista-keynesiano, a integração produtiva funcionou como uma promessa de mobilidade social e, sobretudo, como um poderoso fator de inclusão social. Dito de um outro modo, o acesso à cidadania real esteve fortemente subordinado à relação salarial que constituiu a “porta de entrada” para um conjunto de direitos garantidos pelo Estado.

Neste contexto, a figura do Estado assistencialista e intervencionista tornou-se o âmbito legítimo para tratar dos assuntos públicos, já que ele assumiu a função de mediador entre as múltiplas forças sociais existentes. Assim, o Estado passa a ocupar um papel central, garantindo a liberdade dos seus “cidadãos” e fomentando a igualdade mediante uma divisão mais justa da riqueza, através de promoção de políticas sociais – de emprego, saúde, educação, moradia etc. – que foi a forma de redistribuir parte dos ganhos produzidos. Sem dúvida, este modelo teve conseqüências cruciais para as formas de socialização e para a estruturação de um sistema político caracterizado pela forte presença de organizações sindicais e partidos políticos de massa.

Porém, a complexa articulação “Estado–trabalho–capital” culminou com o fortalecimento

dos mecanismos de centralização do Estado, e com a consolidação de uma intrincada estrutura corporativa entre os partidos políticos, sindicatos e grupos empresariais, diretamente ligados à organização estatal e a sua burocracia. O denominado corporativismo estatal originou fortes reações sociais, já que esta complicada interação não deixava lugar para acordos e compromissos entre interesses divergentes. A crise que caracterizou a década de 1960 colocava em evidência que o Estado de Bem-Estar Social, com suas políticas protecionistas e assistencialistas, não tinha sido capaz de reconciliar as populações com a sociedade capitalista.

As ações de insurreição e insubordinação nas grandes fábricas e universidades, que se disseminaram e se multiplicaram em todos os âmbitos da vida social e política, indicavam o esgotamento dos ideais de integração econômica e social. A subjetividade criativa e combativa emergente não partiu exclusivamente do chão da fábrica e do movimento sindical. Vários outros movimentos de resistência apareceram no cenário: movimentos estudantis, feministas e de contracultura que implicaram não apenas manifestações de recusa, mas também instalaram as condições para a consolidação de uma outra densidade social.

Desde esta perspectiva, a crise originada nos anos 1970 não pode ser explicada apenas considerando seus determinantes objetivos – aqueles vinculados às leis de acumulação e da relação do capital – mas também devem ser levados em conta os determinantes subjetivos, isto é,



aqueles elementos que permitem interpretá-la como consequência da “saturação social” do modelo fordista–keynesiano.

No caso particular dos países latino-americanos, é evidente que a presença do Estado esteve mais ligada ao exercício do controle social através da execução de poderes policiais e autoritários do que à construção de uma esfera político-social efetivamente democrática e pública. Ao longo dos anos 1960 e 1970, promovido pelo desejo de construir sociedades mais igualitárias, livres e justas, articulou-se uma crescente mobilização politicamente radicalizada de importantes setores da sociedade, incluindo movimentos sociais, operários e estudantis, partidos políticos, novas agremiações sindicais, como também grupos de luta armada provenientes da corrente marxista.

Para restabelecer a “governabilidade” e frear a potência transformadora dos movimentos emergentes “era necessário” aquietar as ofensivas do conflito, e para isso tanto a produção quanto o comando “precisavam” se articular com novas bases. Neste sentido, o ciclo de lutas que caracterizou a década de 1970 e a emergência de novos movimentos sociais e políticos constituíram autênticas manifestações de repúdio ao regime disciplinar que impulsionaram não apenas a transformação do papel do Estado, mas também instalaram mudanças radicais na qualidade e natureza do trabalho produtivo.

Na América Latina, e particularmente nos países do Cone Sul, a dinâmica política e social instalada a partir da mobilização popular e dos

movimentos de resistência foi completamente dizimada pelas ditaduras militares que tiveram lugar entre as décadas de 1960 e 1970. Desta forma, pode-se afirmar que a instalação dos regimes ditatoriais representou não apenas um momento de crise e ruptura, mas também a passagem para uma nova ordem política, econômica e social.

Para Hayek e seus colegas, as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e “nefasto” dos sindicatos e, de maneira geral, no movimento operário que, com as suas diversas reivindicações, tinha corroído as bases da acumulação capitalista. De acordo com a doutrina neoliberal, a “solução” residiria em manter um Estado forte na sua capacidade de quebrar o poder dos movimentos operários e preservar a governabilidade e o controle do dinheiro, mas “fraco” nas suas intervenções sociais e econômicas. Nesse contexto, a implementação de programas de caráter neoliberal apresentava-se como solução “providencial”. As experiências, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, na década de 1980, como posteriormente na América Latina durante os anos 1990, difundiram a idéia de que o neoliberalismo era a chave para resolver a crise do Estado e restabelecer a ordem.

Parece óbvio afirmar que o neoliberalismo, recuperando “a retórica apologética da globalização” (Gómez, 1997, p.2), vê na consagração de um mercado mundial competitivo sem fronteiras não só a possibilidade de pôr fim às economias nacionais e de desarticular o



Estado-Nação como organização territorial eficaz, mas também a emergência de um modelo político, econômico e social homogêneo e de um mundo sem grandes conflitos. Esta concepção – materializada na ideologia do “fim da história”, na idéia de uma história imutável – é sem dúvida problemática, na medida em que parece indicar a impossibilidade de se pensar em mudanças radicais, e na emergência de novas lutas e movimentos de resistência.

Mas, contrariamente às expectativas das elites políticas e econômicas, os programas neoliberais e os resultados alcançados não foram capazes de conter a crise e de responder às demandas sociais. E é assim que a partir da década de 1990 começam a surgir novos movimentos, novas dinâmicas de luta que questionam tanto os princípios da doutrina neoliberal como também (e principalmente) as bases do modelo político e social existente.

Como expressa Holloway (2004):

*Podemos pensar nesses movimentos como fissuras, como rachaduras na dominação do capital, como recusas (...), todas essas resistências buscam desenvolver formas de organização que não são hierárquicas, que tem por objetivo promover a autodeterminação coletiva no sentido mais pleno.* (p.48)

A ação política dos movimentos emergentes no contexto do novo milênio não envolve apenas a idéia de resistência e recusa, mas principalmente a criação de formas alternativas de

organização produtiva. Neste sentido, foi possível instalar uma dinâmica que implica, ao mesmo tempo, a organização da luta e da produção na qual a “fenomenologia das lutas e ontologia do trabalho tendem a ser exatamente a mesma coisa: resistir e produzir”. (Negri & Cocco, 2002, p.21-22).

## **2- Rumo à consolidação de um novo paradigma: o processo de articulação política entre movimentos e Estado**

Certamente, as perguntas que se impõem a partir destas reflexões iniciais são: o que tem de novo e de distintivo esses novos movimentos emergentes? É possível articular políticas públicas de caráter universal a partir do trabalho dos movimentos e da sua articulação com a esfera governamental?

Em nossa opinião, a originalidade dos movimentos emergentes no contexto do novo milênio reside no surgimento de um novo sujeito político e nas formas de entender e fazer política. Nas manifestações que tiveram lugar nos denominados “dias de ação global”,<sup>3</sup> por exemplo, não é possível identificar nem líderes nem autores, mas sim reconhecer a presença multitudinária, aberta e espontânea de sujeitos “desobedientes” manifestando seu direito de resistir. O movimento resultante implicou a instalação de novas formas de organização da luta: trata-se da formação de redes horizontais, de ações diretas e não representativas.



O movimento zapatista (EZLN)<sup>4</sup> que emerge no México, em 1º de janeiro de 1994 – data que inaugurava a instalação definitiva do Tratado do Livre Comércio da América do Norte – aparecia como o “novo” movimento social que não apenas interpe-lava a sociedade mexicana, mas também o conjunto dos “oprimidos e excluídos do mundo”.

Para o zapatismo, a luta contra a dominação supõe a procura de outras relações de poder. A busca orienta-se no sentido de construir uma verdadeira sociedade comunitária através de autênticas práticas democráticas, sem hierarquias nem representações. Nas palavras de Marcos (1996):

*Nosotros apostamos a una premisa fundamental: no a la toma de poder, no a los cargos gubernamentales, no a los puestos de elección popular y vamos a ver qué tipo de políticos produce una organización de esa naturaleza.*<sup>5</sup>

Também na Argentina a partir da década de 90, começam a surgir um conjunto de movimentos que se instalam para além dos limites do Estado e das “clássicas” formas de organização política. A experiência das fábricas e empresas recuperadas – que constitui uma iniciativa dos operários das empresas falidas – emerge como uma estratégia “alternativa” de inserção e reativação produtiva frente à crise do emprego, criando novas formas de organização do trabalho baseadas na autogestão e auto-organização.

O movimento piquetero – cujo surgimento está diretamente atrelado ao processo das privatizações das empresas estatais – é formado basicamente por desocupados e por jovens que nunca tiveram acesso ao trabalho formal assalariado (e dificilmente terão). Embora a estratégia “clássica” de luta seja o piquete – a interrupção de vias de circulação tais como caminhos e estradas –, ela também está ancorada na instalação de novas dinâmicas produtivas e organizativas através do trabalho autogestivo em hortas, restaurantes e creches comunitárias. Desta forma, o movimento não espera apenas pelas respostas do Estado, já que através dos subsídios distribuídos pelo poder público são organizadas atividades produtivas de caráter cooperativo.

As populações latino-americanas que historicamente ficaram excluídas do acesso aos direitos fundamentais e, em linhas gerais, de ter “direito aos direitos”, hoje demandam e lutam para construir sociedades mais democráticas, livres, justas e dignas. As demandas zapatistas por “*tierra, trabajo, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, justicia y paz*” indicam claramente que as populações mexicanas, assim como muitas outras do capitalismo periférico, estão (e estiveram) longe de ter acesso a uma cidadania efetiva. No caso da Argentina – país que conheceu níveis de desenvolvimento social mais elevados em comparação com os demais países da região – ficou claramente demonstrado que a sociedade não conseguiu articular através da



figura do Estado um projeto efetivamente democrático. Neste contexto, as lutas contra os problemas históricos de exclusão somaram-se aos protestos contra o regime imposto pelos organismos internacionais e suas políticas neoliberais.

Produto das transformações urbanas ocorridas desde a década de 1970 e do esgotamento das práticas tradicionais de contestação, um conjunto significativo de movimentos culturais – constituídos em sua maioria por jovens moradores de populações de baixa renda – começou a emergir nos principais centros urbanos do Brasil a partir dos anos 1990. Trata-se de movimentos que, por intermédio de estratégias de produção cultural, buscam alternativas para uma dinâmica urbana marcada por um alto grau de segmentação, estratificação e exclusão, isto é, por profundas desigualdades sociais (velhas e novas) no que diz respeito à organização da produção e aos modos de fixação e mobilidade no território da cidade. Neste cenário, os moradores dos espaços populares começaram a desenvolver – a partir de suas trajetórias pessoais e coletivas, e das características socioculturais e geográficas das localidades em que vivem – formas ativas e contestatórias para enfrentar as dificuldades do dia a dia, vinculadas ao tráfico de drogas e à sua situação de exclusão de direitos. O esforço destes coletivos orienta-se na busca de novos signos, de novas linguagens e de novas formas de produção que, certamente, constituem efetivos instrumentos de luta.

Nos ambientes de produção de arte nas favelas são construídos laços capazes de transformar indivíduos, resgatando o espírito do comum a partir do fortalecimento de relações de solidariedade, de redes produtivas e de identidades coletivas. Há assim um forte elemento de integração no processo de produção artística no qual as identidades se fundem e se fortalecem, criando novos laços associativos e estabelecendo novas formas de expressão. Muitas delas emergem na busca pelo poder de voz (Hirschman, 1973), isto é, a partir da denúncia, como se pode observar em manifestações culturais como o *funk* ou o *bip-hop*, entre outras. Eles falam da vida cotidiana nas favelas, da violência vinculada à guerra do tráfico, das injustiças sociais, do preconceito racial.

Talvez, como afirma Ivana Bentes (2003):

*(...) uma política inteligente de governo devesse necessariamente incluir essas experiências culturais que se constituíram de forma rizomática, vitalizando periferias e centros, afastando-se do impulso meramente paternalista (...).* (p.13)

Em nossa opinião, há elementos para pensar que a articulação entre o trabalho dos movimentos e o Estado pode ser a chave para a instalação de políticas públicas de caráter efetivamente democrático. Entretanto, esta dinâmica só será possível por intermédio da construção de um espaço público com e a partir dos movimentos, ultrapassando desta forma a



implantação de programas de governo que além de terem um alcance limitado foram, na maioria das vezes, impostos de “cima para baixo”.

No contexto do governo Kirchner, os programas de distribuição de renda mínima – vinculados inicialmente apenas ao movimento piquetero – adquirem progressivamente um caráter universal. A partir de 2003, o Estado começou a distribuir subsídios aos chefes (homem ou mulher) de família desocupados (as), com filhos menores e que não estivessem recebendo nenhuma outra renda social. Aparentemente, quase três milhões de argentinos estão recebendo esse benefício. Tendo em vista seu alcance, é possível afirmar que se trata de uma autêntica política pública que apresenta elementos verdadeiramente inovadores: ela surge do próprio movimento, valorizando e resgatando, ao mesmo tempo, suas dinâmicas políticas e produtivas de caráter cooperativo e autogestivo.

Com relação às empresas recuperadas, houve também, por parte das esferas do Estado, ações orientadas para apoiar os ditos empreendimentos. Por exemplo, a Câmara de Deputados da Província de Buenos Aires aprovou uma lei que permite que o Governo exproprie tanto os imóveis quanto os bens existentes nas fábricas para serem entregues aos trabalhadores. A fórmula encontrada pelos legisladores foi declarar essas empresas “de utilidade pública e sujeitas à ocupação temporária”, o que significa que, ao longo de dois anos, o governo deveria pagar aos credores o valor relativo ao aluguel dos prédios. Passado esse tempo, as cooperativas de

trabalhadores teriam a preferência na compra das plantas ocupadas. Da mesma maneira, na Cidade de Buenos Aires, a Legislatura votou por unanimidade a lei de expropriação de duas fábricas que funcionavam sob responsabilidade dos funcionários. A partir destas iniciativas, o Governo e os trabalhadores além de terem encontrado uma solução para o problema, criaram a possibilidade de instalar a recuperação de empresas como uma política pública a ser aplicada em outros casos semelhantes.

Também no Brasil, e especificamente no âmbito das políticas culturais, existem iniciativas conduzidas pelo Estado que consideram o trabalho produtivo dos movimentos como ponto de partida.

O Ministro Gilberto Gil manifesta-se a esse respeito de maneira bastante oportuna:

*Trata de potencializar a pesca que se faz há muito tempo, em especial nas áreas de risco social, nos territórios de invisibilidade, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indigência, não há descaso ou violência que as façam calar. Ao contrário. Elas crescem, elas se consolidam, elas se desdobram e interagem com outras manifestações, influenciando diretamente a cultura nacional.<sup>6</sup>*

Como salientamos ao longo destas páginas, a dinâmica política instalada a partir da ação





dos movimentos implicou a emergência de processos de caráter inovador baseados na organização de redes sociais e no trabalho cooperativo e autogestivo. Neste contexto, o trabalho adquire as características da ação política, oferecendo uma rede de comunicação, um conteúdo cognitivo e uma dimensão pública (comum) que coloca a cooperação subjetiva como a principal força produtiva. Trata-se da instalação de novas formas de organização nas quais não é possível identificar nem líderes nem autores, mas sim reconhecer a presença de sujeitos políticos que, longe de serem unitários (e de procurarem a “unidade política”) fazem da luta

contra a atomização e a segmentação instrumentais para o reconhecimento de uma identidade múltipla, plural e híbrida. Esse é um dos aspectos que tentamos resgatar na análise: a dinâmica do movimento que tem a capacidade de produzir o novo e de irromper na cena política, instalando novas dinâmicas culturais, e novas formas de organização coletiva. Trata-se de uma força que se desloca, contaminando e sendo apropriada por sujeitos e situações divergentes, traçando novos trajetos, construindo novos tempos e espaços, criando dinâmicas verdadeiramente inovadoras, e dando lugar à emergência de novas linguagens e experiências políticas.

## Referências Bibliográficas

- BADIOU, Alain. Movimiento social y representación política. In: *Revista Acontecimiento*, n. 19-20. Buenos Aires: La Escuela Porteña, 2000, p.27-60.
- BENTES, Ivana. Made in favelas. In: *Revista Global América Latina*. Rio de Janeiro: Rede Universidade Nômade; UFRJ/FCC/LABTEC, 2003, p.12-13.
- CECEÑA, Ana Ester. Os desafios do mundo em que cabem todos os mundos e a subversão do saber histórico da luta. In: *Revista Margem Esquerda*, n.4. Rio de Janeiro: Boitempo, 2004, p.90-103.
- FOUCAULT, Michel. *Defender la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2000.
- GÓMEZ, José Maria. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. In: *Revista Praia Vermelha*, n.1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p.2-13.
- HAYEK, Friedrich A. *Los fundamentos de la libertad*. Barcelona: Ediciones Folio, 1997.
- HIRCHMAN, A. *Saída, voz e liberdade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- HOLLOWAY, J. Partidos políticos? In: *Revista Margem Esquerda*, n.4. Rio de Janeiro: Boitempo, 2004, p.45-49.
- NEGRI, Antonio & COCCO, Giuseppe. O trabalho da multidão e o êxodo constituinte. In: PACHECO, Anelise; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo (Orgs.). *O trabalho da multidão*. Rio de Janeiro: Grijphus, 2002, p.15-25.
- TRONTI, M. *Operários e capital*. Porto: Enfrentamento, 1976.



---

**Abstract** – *This essay analyses the historic dynamics set up between the State and resistance movements. The starting point proposed puts forth the notion that the political actions generated by the movements truly propel the development and the transformation of capital-based institutions. Light is shed on the emerging actions in the context of the new millenium, which have involved the generation of alternatives for the organization of new forms of struggle, and, consequently, of a new political culture. Along the text, effort is made to think over real possibilities for the articulation between such movements and the State as a starting point for the making of public policies of universal and democratic nature.*

**Keywords:** *State; struggles; movements; political culture; public policies.*

**Resumen** – *En este ensayo, se analizan las dinámicas históricas establecidas entre Estado y movimientos de resistencia, partiéndose de la idea de que las acciones políticas instituidas por estos movimientos operan como un verdadero motor de desarrollo y de transformación de las instituciones del capital. Se estudian las acciones emergentes en el contexto del nuevo milenio que involucraron la creación de alternativas de organización, de nuevas formas de lucha y, consecuentemente, de una nova cultura política. Al largo del texto, se intenta reflexionar sobre las posibilidades reales de articulación entre movimientos y Estado como punto de partida para la creación de políticas públicas de carácter universal y democrático.*

**Palabras-clave:** *Estado; luchas; movimientos; cultura política; políticas públicas.*

---

## Notas

- <sup>1</sup> Segundo Tronti (1976), os ciclos internacionais de luta que tiveram lugar entre 1890 e a Primeira Guerra Mundial – denominados Progressive Era – descrevem um caminho emblemático tecido em torno das lutas operárias e do reformismo capitalista.
- <sup>2</sup> O pacto fordista estabelecido entre o capital e o trabalho deve ser interpretado como uma forma de distribuição dos ganhos da produtividade, o que permitiu a recomposição dinâmica entre produção e consumo de massa.
- <sup>3</sup> Referimo-nos aqui aos eventos de Seattle, Praga, Gênova, entre outras.
- <sup>4</sup> Exército Zapatista de Libertação Nacional
- <sup>5</sup> Entrevista do Subcomandante Marcos ao jornal *Página 12*. Buenos Aires, 14/4/96.
- <sup>6</sup> Conferência proferida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em maio de 2005.